

Repercussão positiva

Nos últimos sete anos o Brasil vende açúcar ao Exterior com preço 12% abaixo da média de comercialização mundial, por absoluta incompetência do IAA — Instituto do Açúcar e do Alcool. Essa é a principal informação disponível ao presidente da Copersucar, Werther Annicchitino, para manifestar seu apoio incondicional à decisão do governo de transferir, a partir de junho de 1988, a exportação do produto ao setor privado. Para ele, os erros do IAA representaram a perda de pelo menos US\$ 1 bilhão, "imprescindíveis ao governo. Por isso, a medida é extremamente positiva. Teremos problemas no início, na formulação de um modelo, mas chegaremos ao consenso".

Na sua opinião, enquanto países como a Austrália vendem com lucro de 13% sobre a média mundial, o Brasil perde dólares importantes por insistir em manter o IAA, "entidade sem condições para isso, inclusive de pessoal, já que a remuneração é muito baixa". Werther recebeu otimista a notícia e aproveitou para tirar da gaveta uma proposta que há tempos vem apresentando aos órgãos do governo. O modelo sugere a criação de uma

S.A. privada com participação de todas as usinas produtoras do País, e o Nordeste, maior produtor, representando a maioria do capital votante, "para mostrar que não existe, de nossa parte, segundas intenções".

No momento, conforme o empresário, fruto dessa política errada, há de três a quatro mil toneladas de açúcar vendidas ao Exterior por antecipação: "Isso representa quase dois anos de produção. Na hora de renovar os contratos surgem condições que se transformam num modelo que prejudica o País. Queremos comprar do governo pelo preço médio do mercado e assegurar a ele pelo menos faturamento 12% maior que o atual. Depois, tudo dependerá de nosso desempenho. Se formos eficientes, ganharemos".

Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, também gostou da notícia: "Há tempos vínhamos defendendo a medida. Primeiro por ser privatizante e, depois, por liberar a comercialização a um setor competente. Não havia sentido ficar nas mãos do governo. Poderia, inclusive, haver antecipação para início em janeiro próximo".